



Produção Acadêmica sobre Precarização do Trabalho no Brasil: Análise dos Artigos Publicados no EnANPAD e EnGPR

Rosana Oliveira da Silva
rooliveira35@outlook.com
UNIGRANRIO

Robson Gomes André
robsongandre44@gmail.com
UNIGRANRIO

Gibran Habib Abi Ghosn
gibaha1@yahoo.com.br
UNIGRANRIO

Roberta Borrelli de Araujo Marinho de Carvalho
betaborrelli@gmail.com
UNIGRANRIO

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a produção acadêmica sobre precarização do trabalho. Para tanto, realizou-se um levantamento nos artigos publicados no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e no Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (EnGPR), de 1997 a 2017. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e de análise bibliométrica. A pesquisa abrange a investigação dos artigos publicados, a análise das características de autoria, do vínculo institucional e das parcerias com outras instituições, a investigação dos aspectos metodológicos e das referências sobre o tema. A pesquisa é importante porque a flexibilização do trabalho é associada à precarização do trabalho, e ambas cresceram na atualidade. Os resultados comprovaram que a vulnerabilidade do trabalhador, a precariedade objetiva e a subjetiva, são pontos tratados nos artigos, bem como que as regiões Centro-Oeste e Norte não têm participação – ou pouco têm – nas publicações, que a coautoria é muito utilizada, mas a parceria não. Constatou-se ainda que Ricardo Antunes, Graça Druck e Giovanni Alves são os autores mais citados, que a maioria dos autores e coautores dos artigos, possui título de doutor e que a abordagem qualitativa, as entrevistas e a análise de conteúdo são, em sua maioria, opções metodológicas feitas pelos autores e coautores. Vale ressaltar que a grande maioria de autores e coautores são mulheres e que uma pequena parte de autores concentram quase que a metade dos artigos publicados sobre precarização do trabalho. Entretanto, uma das constatações da pesquisa – e bem relevante – é que os trabalhos encontrados nos eventos podem ser considerados insuficientes, diante da amplitude e da complexidade da precarização do trabalho no país.

Assim, conclui-se que há a necessidade de ampliação de pesquisas sobre o tema, sobretudo em eventos de grande importância.

Palavras Chave: Flexibilização - Precarização - Trabalho Precário - Bibliometria -



1. INTRODUÇÃO

O trabalho sofreu mudanças significativas a partir da década de 70, que influenciou na maneira como o trabalho era realizado e nas formas de trabalho, que passaram a ter características flexíveis (GOUNET, 1999; TENÓRIO, 2002; NEVES & PEDROSA, 2007). Por mais que no mundo a flexibilidade do trabalho tenha se ampliado nos anos 80, no Brasil ela surge nos anos 90, mas se intensifica nos anos 2000 (ALVES, 2000; 2011). Por isso, para o autor, a precarização do trabalho ampliou-se nessa mesma época. Isso porque, por mais que a flexibilização do trabalho seja colocada como forma de aumentar o número de empregos e melhorar a economia do país, para muitos autores, ela pode trazer a precarização, aumentar o trabalho informal e o desemprego, principalmente nos países subdesenvolvidos (e.g. RAMALHO, 1995; SENNETT, 1998; ANTUNES, 2005; 2011; DRUCK, 2011; PICCININI; OLIVEIRA & RÜBENICH, 2005; VASAPOLLO, 2005). Para Druck (2011, p. 42), “as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista – modelo de trabalho utilizado na produção – geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia”.

O aumento de trabalhos considerados precários em todo mundo, torna tais argumentos ainda mais fortes. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontou, em 2015, que 75% dos trabalhadores tinham empregos com contratos temporários, empregos informais, trabalhos por conta própria ou trabalhos familiares não-pagos (ILO, 2015). Situação que não mudou nos anos seguintes, do ponto de vista da precariedade, já que a OIT apontou que em 2016 os trabalhadores em empregos vulneráveis correspondiam cerca de um em cada dois trabalhadores, no que se refere aos países emergentes, e mais de quatro em cada cinco, no caso dos países desenvolvidos, além de ter sinalizado que em 2017 o número de trabalhadores precários atingiria quase que a metade da ocupação mundial (OIT, 2017).

Sendo assim, após o advento da flexibilização do trabalho, muitas pesquisas surgiram, e várias delas associam a flexibilização à precarização, bem como enxergam a precarização de forma negativa (e.g. ANTUNES, 1999; THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007; PINTO & ARAÚJO, 2006; PADILHA, 2009; HIRATA, 2011; STANDING, 2013; ALVES, 2014; COSTA, 2015). Isso porque a precarização faz do trabalho, precário, e esse é entendido como aquele que não tem segurança, não fornece direitos e garantias, ou pouco fornece, além de possuir más condições de trabalho. Dessa forma, Vargas (2016, p. 313) define a precariedade como aquela em que os trabalhadores ficam em “situação de risco, vulnerabilidade ou degradação”, bem como “a partir das condições objetivas e subjetivas de exercício do trabalho propriamente dito”. Nessa lógica encontram-se o trabalho assalariado sem regulamentação, a subcontratação, o trabalho em tempo parcial e o trabalho informal (PADILHA, 2009), mas também os trabalhadores formais com contratos de trabalho por prazo indeterminado em tempo integral (STANDING, 2013; LINHART, 2014).

Em razão das várias formas de precariedade possíveis, espera-se que o tema seja muito discutido na academia. Mas a taxa de desemprego atual no Brasil aponta para um futuro preocupante, tendo em vista que o desemprego pode fazer com que muitos trabalhadores se submetam a quaisquer condições de trabalho, o que poderia acarretar em aceitarem trabalhos precários – o que para Standing (2013) já tem sido um movimento na lógica da flexibilidade do trabalho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no primeiro trimestre de 2018, o desemprego correspondia a 13,1%, atingindo 13,7 milhões de pessoas (AGÊNCIA IBGE, 2018). Outro fator é que, no país, houve mudanças recentes que afetam diretamente o trabalho, como a Lei nº 13.467/2017 que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma que acordos coletivos sobreponham as leis ali



estabelecidas, além de regulamentar algumas formas flexíveis no trabalho – como banco de horas e o teletrabalho – (BRASIL, 2017a), e a Lei nº 13.429/2017 que permite terceirizar a mão de obra em todas as esferas (BRASIL, 2017b).

Assim, diante do grande número de trabalhos precários, da taxa de desemprego no país e das mudanças no que se refere ao trabalho, o tema precarização do trabalho deve ser de suma importância para discussão dentro da academia. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar a produção acadêmica sobre precarização do trabalho. Para tanto, analisamos os artigos publicados nos anais do EnANPAD e do EnGPR – no período de 1997 a 2017. No que tange aos aspectos metodológicos, esta pesquisa é de natureza quantitativa e a análise foi bibliométrica. Segundo Café e Bräscher (2008, p. 54), a bibliometria é “um conjunto de leis e princípios aplicados a métodos estatísticos e matemáticos que visam o mapeamento da produtividade científica de periódicos, autores e representação da informação”, portanto um excelente instrumento para análise da produção acadêmica. Dessa forma, assim como fizeram Delfino, Silva e Rohde (2010) e Mello, Fonseca e Santos (2015), esta pesquisa é um esforço de trazer a bibliometria para dentro dos estudos de gestão de pessoas.

2. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho tem sofrido modificações ao longo das últimas décadas. Até meados dos anos 70, o trabalho era baseado no fordismo e no taylorismo (CATTANI, 1997) – sistemas de produção –, onde existiam formas rígidas de trabalho – na remuneração, nos contratos e nas tarefas –, e a produção era feita em larga escala (ANTUNES, 1999). Para Druck (1995, p. 43), o fordismo pode ser entendido como “a ampliação, a difusão e a consolidação” do taylorismo. O fordismo gerou um grande aumento da produtividade, e correspondia a um “conjunto de inovações tecnológicas” que foi introduzido “por Ford a partir de 1914” (PINTO & ARAÚJO, 2006, p. 2). Mas Antunes (1999) destaca que nos anos 80 aconteceram várias mudanças no mundo que influenciaram diretamente o trabalho – tais mudanças começaram na década de 70, conforme mencionado na introdução. Dentre essas mudanças estão o avanço da tecnologia, a automação, a robótica e a microeletrônica, que foram desenvolvidas dentro das relações de trabalho. Segundo Mattoso (1995), as relações de trabalho também sofreram mudanças, muitas delas impulsionadas pela diminuição dos empregos formais, onde as relações de trabalhos passam a ser outras, ou não existem.

O trabalho, com essas mudanças, passa a ganhar uma nova conotação, onde o fordismo e o taylorismo não são mais soberanos e mesclam com outros processos de produção, que buscam, entre outras coisas, novos padrões de gestão de força de trabalho, como o toyotismo (ANTUNES, 1999). Alves (2014, p. 55) define tal processo como o “núcleo ideológico do novo regime de acumulação flexível”. O toyotismo, que alcançou grandes patamares nos anos 80, de uma maneira geral, busca a flexibilização em substituição aos modelos rígidos dos processos de trabalho (ALVES, 2000; 2011). Todavia, a flexibilidade fez com que vínculos regulares de emprego desaparecessem, e outras formas de trabalho surgiram, como o home-office, trabalho temporário, terceirizações, que correspondem a nova estratégia do mundo globalizado (ALVES, 2000; 2014; MORAES; COSTA, 2015). No Brasil, a flexibilização do trabalho – consequentemente a precarização do trabalho –, começa nos anos 90, mas amplia-se nos anos 2000 (ALVES, 2000; 2011). Contudo, para Druck (2011, p. 42), a flexibilização e precarização do trabalho se “metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações”.

3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Essas novas formas de trabalho, que surgiram com a flexibilização do trabalho e mexem com a forma de contratação, a jornada de trabalho, as funções e a remuneração, são



vistas sob o ponto de vista da precarização (STANDING, 2013; VARGAS, 2016). De acordo com Standing (2013), precarização é um processo que ‘precariza’ as pessoas, e essas passam a trabalhar em formas de trabalho ditas como precárias (PADILHA, 2009). Para a autora, o trabalho precário tem características como: falta de regulamentação, perdas de direitos, prazo de término, sem contrato, intensificado, com jornada alta e acúmulo de funções, que traz riscos à saúde, instabilidade, dentre outras. Para a autora, tais características podem ou não aparecerem em conjunto. Druck (2007) identifica o trabalho precário nas formas de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e na flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial e na fragilidade dos sindicatos. Os baixos salários também são colocados como característica do trabalho precário (HIRATA, 2011; STANDING, 2013).

Dessa forma, para Vargas (2016, p. 313), a precariedade pode ser definida de três formas: uma atividade que é “exercida em condições que colocam aqueles que a realizam em uma situação de risco, vulnerabilidade ou degradação”; “a partir das condições objetivas”, “onde são analisados o local e ambiente de trabalho”, os “meios e instrumentos de trabalho”, a “organização do trabalho”, dentre outros exemplos; e a partir de “condições subjetivas”, “que mobilizam a consciência e supõem a experiência daqueles que o realizam”. Existem muitos estudos sobre todas essas formas – como os citados na introdução –, principalmente no que se refere a situações de riscos do trabalhador e da precariedade objetiva.

Mas a precariedade subjetiva tem ganho espaço na academia (e.g. ALVES, 2014; LINHART, 2014; BAUER et al. 2017). Segundo Moraes e Costa (2015), as empresas, nessa nova lógica de trabalho, utilizam como estratégia, muitas vezes, conquistarem os trabalhadores por meio de incentivos e prêmios pelos bons desempenhos, de forma a ter bons profissionais, participativos e comprometidos com a empresa e sempre empenhados a fazer o melhor. Assim, as empresas cobram que o trabalhador seja proativo e dê conta do trabalho, mesmo sem meios suficientes para isso (LINHART, 2014). Mas, segundo Moraes e Costa (2015) e Linhart (2014), esse cenário aumenta também a competitividade entre os trabalhadores. É justamente em toda essa lógica, que Linhart (2014) entende que se desenvolve a precariedade subjetiva, pois os trabalhadores temem não dar conta de tudo que é necessário fazer e de não corresponderem às expectativas que são colocadas sobre eles. Por isso, para a autora, o trabalho pode trazer doenças, medos e frustrações, e pode acometer os trabalhadores formais e os atípicos – trabalhadores que são contratados de outras formas, que não por carteira assinada por prazo indeterminado, por tempo integral (VASAPOLLO, 2005). Standing (2013) também entende que a precariedade pode acometer a todos, sobretudo porque numa lógica de flexibilidade, trabalhadores tendem a se sentir inseguros.

Nesse sentido, a precarização do trabalho é vista por muitos autores de forma negativa. O trabalhador precário é frágil porque não têm garantias e seguranças – ou não têm todas – e sabe que pode perder o emprego a qualquer momento (STANDING, 2013). Para o autor, quem está nessa condição também pode trabalhar em horários que lhe impõe alguns riscos, como o noturno, mesmo que não tenha um contrato com atividades de rotina. Mas, independente de qualquer um desses destaques, os trabalhadores sofrem muitas cobranças no trabalho (LINHART, 2014).

Portanto, todo o exposto reforça que a precarização tem se expandido no mundo do trabalho, e, dessa forma, é um tema que merece atenção da academia.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do objetivo desta pesquisa, foi adotada a abordagem quantitativa e os dados coletados foram analisados por meio da bibliometria (GUEDES & BOSCHIVER, 2005). De acordo com os autores, a bibliometria:



É uma ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de informação e de comunicação científicos e tecnológicos, e de produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica ou país (GUEDES & BOSCHIVER, 2005, p. 15).

Araújo (2006, p. 12) destaca que a bibliometria “consiste na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação”. De acordo com De Luca et al. (2014, p. 474-475), que utilizaram a bibliometria, “atualmente, a produção científica se encontra em estágio avançado, no qual a comunicação é facilitadora e as diversas possibilidades tecnológicas são agregadoras do desenvolvimento do conhecimento científico”. Eles justificam ainda que “o incremento da produção científica fez surgir novos desafios e a necessidade de estudos que possam compreender tal fenômeno, ou seja, com enfoque bibliométrico” (DE LUCAS et al. 2014, p. 475). Por isso, foi escolhida tal análise.

A análise bibliométrica implica em algumas fases, tais como: o material que será utilizado para pesquisa; a análise e interpretação das informações coletadas, e, por fim, a apresentação dos resultados encontrados (COOPER & LINDSAY, 1998). Neste sentido, para atender ao objetivo proposto, utilizou-se como fontes de dados os anais do EnANPAD e do EnGPR – que se encontram disponibilizados no *site* da ANPAD (EnANPAD - 1997 a 2017 e EnGPR - 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017). Os períodos selecionados para pesquisa corroboram com Alves (2011), pois segundo o autor, a flexibilidade do trabalho, no Brasil, surgiu na década de 1990, mas ampliou-se nos anos 2000, juntamente com a precarização do trabalho. Ambos os congressos são da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Mas os anais dos congressos do EnANPAD foram utilizados porque tal encontro é considerado o segundo maior evento científico da área de Administração do mundo (ANPAD, 2018) e de grande reconhecimento (LUCA et al. 2014). O EnGPR foi escolhido porque tal evento “fomenta o desenvolvimento da área”, “por meio de estudos teórico e/ou teórico empíricos considerando os diferentes subsistemas e dimensões de análise, o que revela um campo fértil para analisar o comportamento da produção científica sobre o tema” (MELLO; FONSECA & SANTOS, 2015, p. 3).

O número de artigos publicados em ambos os eventos ultrapassa 16.000 artigos. Portanto, visando refinar a pesquisa, foram utilizadas palavras-chaves. Segundo Gil (2008), elas podem ser utilizadas para pesquisar assuntos específicos em trabalhos científicos. Sendo assim, esse mecanismo foi utilizado nesta pesquisa. Assim, no *sítio* da ANPAD, buscou-se as palavras ‘precário’, ‘precarizado’, ‘precariedade’, ‘precarizado’ e ‘precarização’. Entretanto, ao ser percebido que essa pesquisa pode direcionar somente para as palavras que se encontram no resumo, título e palavras-chave, sobretudo porque somente foi possível encontrar 12 artigos com tais palavras (mesmo considerando todos os eventos divulgados no *site* da ANPAD), foram analisados também os artigos com as palavras ‘flexibilização’, ‘flexibilidade’ e ‘terceirização’, visto que todas elas, de muitas formas, podem remeter a trabalhos que tratem sobre precarização. Na próxima etapa foi realizada a leitura do resumo para eliminar os artigos que não estivessem coadunados com o fenômeno pesquisado. Assim, após todas essas etapas, restaram-se 26 artigos.

Cabe ressaltar que nesta pesquisa nos concentramos no levantamento e investigação dos artigos publicados, na análise das características de autoria (gênero, titulação, coautoria e autores que mais publicam), no vínculo institucional dos autores (instituições dos autores e coautores, regiões dessas instituições, parcerias com outras instituições), na investigação dos aspectos metodológicos utilizados nas pesquisas (abordagem, coleta dos dados e formas de



análise) e nas referências sobre precarização do trabalho mais citadas nos artigos. A titulação dos autores e coautores foi consultada na plataforma *Lattes* ou Escavador, mas não foi possível encontrar a titulação de um dos autores. É importante destacar que foi considerada a titulação que o autor e coautor possuía no ano de publicação do artigo. Dessa forma, as categorias definidas para análise foram: Artigos Publicados nos Eventos; Autoria dos Artigos; Vínculo Institucional dos Autores e Coautores e Parcerias com Outras Instituições; Abordagens, Coleta de Dados e Formas de Análise Utilizadas nas Pesquisas; e Referências sobre Precarização do Trabalho. Por meio de tais categorias foi realizada a análise bibliométrica, com o auxílio do *software* Microsoft Office Excel. Na próxima seção serão apresentados os dados e analisados e discutidos os resultados encontrados.

5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 ARTIGOS PUBLICADOS NOS EVENTOS

Nesta categoria buscou-se encontrar os artigos publicados sobre o tema precarização do trabalho. A estratégia era procurar artigos que tivessem – de alguma forma – esse suporte teórico. Mas, primeiramente, é importante ressaltar que a administração está entre as áreas que mais publicam sobre o tema, por isso foi escolhido congressos de administração como fonte de dados. Contudo, foram escolhidos, especificamente, o EnANPAD e o EnGPR, pela importância de tais congressos. Todavia, no que se refere à precarização do trabalho, não é possível dizer que existem muitos artigos sob o tema (total de 17 – EnANPAD), sobretudo quando comparado com o total de artigos publicados. De 1997 a 2001, por exemplo, não foram publicados nenhum artigo. Entretanto, é possível dizer que nos anos 2000 tornaram-se mais presentes. A Tabela 1 traz esses apontamentos.

Tabela 1: Total de Artigos Publicados sobre Precarização do Trabalho no EnANPAD e Comparação com o Total de Artigos Publicados no Evento

Ano	Publicação sobre Precarização	Total de Artigo do Evento	% do Total
1997	0	262	0,00
1998	0	250	0,00
1999	0	270	0,00
2000	0	362	0,00
2001	0	422	0,00
2002	2	546	0,37
2003	2	622	0,32
2004	1	784	0,13
2005	2	797	0,25
2006	1	838	0,12
2007	0	863	0,00
2008	0	1003	0,00
2009	1	878	0,11
2010	0	853	0,00
2011	0	867	0,00
2012	1	865	0,12
2013	0	862	0,00
2014	0	857	0,00
2015	2	1060	0,19
2016	2	1165	0,17
2017	3	1151	0,26
Totais	17	15577	0,11 ¹

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota¹: Percentual dos artigos publicados sobre o tema do total de artigos do evento.



O fato da flexibilização do trabalho ter se intensificado nos anos 2000, conforme aponta Alves (2011), pode ser um fator que explique somente aparecerem artigos sobre precarização do trabalho nos anos 2000. Vale lembrar que a flexibilização do trabalho, conforme supracitado, tem relação direta com a precarização do trabalho, e os artigos encontrados faziam – de várias formas – referências a essa relação. Tal achado vai ao encontro das pesquisas citadas na introdução e no referencial teórico desta pesquisa. Nesse prisma, a precarização foi tratada do ponto de vista da vulnerabilidade do trabalhador (e.g. VILAS BOAS & ICHIKAWA, 2017), da precariedade objetiva (e.g. ECCEL; FLACH & OLTRAMARI, 2007; ANDRÉ; SILVA & NASCIMENTO, 2017) e da precariedade subjetiva (e.g. COSTA, 2005; BAUER et al. 2017).

É importante destacar que a maioria dos artigos sobre precarização do trabalho são publicados na área temática de Gestão de Pessoas – que teve vários nomes ao longo dos eventos do EnANPAD –, embora seja possível encontrar artigos em outras áreas, como Organizações / Comportamento Organizacional (COR - Congresso de 2002) e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação (GCT - Congresso de 2016). Nesse sentido, como a maioria dos artigos publicados no EnANPAD é na área de Gestão de Pessoas, fizemos uma comparação com o total de artigos publicados nessa área temática, para tentar identificar o interesse específico da área sobre o tema. A Tabela 02 apresenta os dados coletados.

Tabela 02: Total de Artigos Publicados sobre Precarização do Trabalho no EnANPAD na Área de Gestão de Pessoas e Comparação com o Total de Artigos Publicados no Evento

Ano	Publicação sobre o Tema	Total de Artigo no Evento	% do Total
1997	0	27	0,00
1998	0	30	0,00
1999	0	35	0,00
2000	0	55	0,00
2001	0	40	0,00
2002	2	50	4,00
2003	2	49	4,08
2004	1	55	1,82
2005	2	66	3,03
2006	1	59	1,69
2007	0	89	0,00
2008	0	88	0,00
2009	1	88	1,14
2010	0	96	0,00
2011	0	92	0,00
2012	1	90	1,11
2013	0	106	0,00
2014	0	91	0,00
2015	2	125	1,60
2016	2	130	1,54
2017	3	151	1,99
Totais	17	1612	1,05 ¹

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota¹: Percentual dos artigos publicados sobre o tema do total de artigos do evento.

No entanto, conforme Tabela 02, o percentual de artigos sobre o tema manteve-se baixo, por mais que o percentual de artigos, levando-se em consideração o total de todos os artigos publicados no evento, tenha aumentado (de 0,11 para 1,05). De 2002 a 2005 foram notados maiores artigos sobre o tema, o que mais uma vez pode ser justificado pelos argumentos de Alves (2011).



Quanto ao EnGPR, também não foram encontrados muitos artigos (total de 9), nos anos que ocorreram os eventos, conforme Tabela 03.

Tabela 03: Total de Artigos Publicados sobre Precarização do Trabalho no EnGPR e Comparação com o Total de Artigos Publicados no Evento

Ano	Publicação sobre o Tema	Total de Artigos no Evento	% do Total
2007	4	118	3,39
2009	0	113	0,00
2011	1	114	0,88
2013	0	92	0,00
2015	3	137	2,19
2017	1	147	0,68
Totais	9	721	1,25

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entretanto, é importante destacar que a criação de tal evento, em 2007, pode ser explicada pelas mudanças no mundo do trabalho nos últimos anos, conforme as apontadas no referencial teórico, que refletem em diversas áreas dentro do âmbito da gestão de pessoas e das relações de trabalho.

5.2 AUTORIA DOS ARTIGOS

Nesta categoria buscou-se analisar a participação de homens e mulheres, a presença de coautoria nos artigos, a titulação dos autores e coautores e os autores e coautores que mais publicam sobre o tema. Sendo assim, primeiramente, a análise comprovou que a maioria que publica sobre o tema são mulheres. No EnANPAD as mulheres como autoras e coautoras representaram 71,05%, contra 28,95% de homens, já no EnGPR foram 65,38% de mulheres contra 34,62% de homens. Melo e Oliveira (2006) descrevem o quanto a presença da mulher nas pesquisas científicas tem aumentado na última década – no Brasil – algo que também foi apresentado no relatório divulgado pela Elsevier, no ano passado (ELSEVIER, 2017). Porém, diferente do que é apresentado naquele relatório e na pesquisa de Melo e Oliveira (2006), não há um equilíbrio entre homens e mulheres, já que o número de mulheres como autoras e coautoras é bem superior. Quanto às autorias e coautorias, foi verificado que a maioria dos artigos tem a presença de coautorias. No EnANPAD foram 82,35% de artigos com a presença de coautores e no EnGPR foram 77,77%. No EnANPAD o destaque foi para a presença de dois autores e no caso do EnGPR, de três autores. As Tabelas 4 e 5 apresentam esses dados.

Tabela 04: Coautorias em Artigos Científicos sobre Precarização do Trabalho no EnANPAD

Quantidade de Autor por Artigo	Total de Artigo	% do Total
1	3	17,65
2	9	52,94
3	3	17,65
4	2	11,76
Totais	17	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 05: Coautorias em Artigos Científicos sobre Precarização do Trabalho no EnGPR

Quantidade de Autor por Artigo	Total de Artigo	% do Total
1	2	22,22
2	0	0,00
3	4	44,44
4	3	33,33
Totais	9	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores.



Os achados corroboram com Sonnenwald (2007, p. 643), que menciona que “a colaboração científica está aumentando em frequência” e que tem sido um importante instrumento utilizado nas pesquisas. Assim, por mais que se questione a presença de coautoria em artigos – pelos critérios de definição de coautores, pela falta de domínio técnico dos participantes e pela adoção de ‘cortesia’ (e.g. MONTENEGRO & ALVES, 1997), ela também “tem o potencial de resolver problemas científicos complexos e promover agendas políticas, econômicas e sociais” (SONNENWALD, 2007, p. 643).

No que se refere à titulação dos autores e coautores, foi constatado que a maioria dos autores ou coautores tem a titulação de doutor (25) e que muitos deles eram mestrando ou doutorando (21), ou seja, estavam vinculados à programa de pós-graduação *scripto sensu* – analisando-se o EnANPAD e o EnGPR em conjunto. Esse achado vai ao encontro com os resultados de De Luca et al. (2014), que realizaram uma pesquisa bibliométrica sobre o tema sustentabilidade, e tal como eles sugerem, aponta para a vinculação dos cursos de pós-graduação *scripto sensu* com a produção acadêmica. Também foi encontrado – mesmo que em menor número – uma grande participação de alunos graduados – ou graduandos – (9), que publicaram os artigos com seus orientadores ou coordenadores de projeto de iniciação científica. O que demonstra uma inserção desse público na produção acadêmica. Contudo, verificou-se que cinco autores se destacam no número de publicações, conforme Tabela 06.

Tabela 06: Autores que mais Publicam sobre o Tema - EnANPAD e EnGPR

Autores	Total de Artigo
Valmiria Carolina Piccinini	3
Sidinei Rocha de Oliveira	3
Márcia da Silva Costa	2
Rejane Prevot Nascimento	2
Deise Luiza da Silva Ferraz	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dado o número total de artigos sobre o tema nos dois eventos (26), pode-se dizer que os referidos autores concentraram grande parte das publicações, 46,15% do total.

5.3 VÍNCULO INSTITUCIONAL DOS AUTORES E COAUTORES E PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Nesta categoria buscou-se identificar as instituições de ensino dos autores e coautores que publicam sobre o tema, no EnANPAD e EnGPR, bem como se tais instituições estabelecem alguma parceria com outras. Dessa forma, primeiramente, as Tabelas 07 e 08 apresentam as instituições que publicaram no EnANPAD e no EnGPR.

Tabela 07: Instituições de Ensino que Publicam no EnANPAD

Instituição	Total
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	3
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2
Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV/EBAPE RJ)	1
Universidade de São Paulo (USP)	1
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	1
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1



Universidade Estadual do Maringá (UEM)	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 08: Instituições de Ensino que Publicam no EnGPR

Instituições	Total
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	3
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Faculdade Integradas Adventista de Minas Gerais (FADMINAS)	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1
Faculdade Adventista da Bahia	1
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim, verificou-se que as instituições que mais publicam no EnANPAD estão no Sudeste (50%) e no Sul (31,25%) do país, no caso do EnGPR, apesar das instituições do Sudeste ter a maior concentração dos artigos publicados (55,56%), as do Nordeste ficam na segunda posição (33,33%). Contudo, ressalta-se que no EnGPR não foi encontrada nenhuma instituição do Norte e do Centro-Oeste, situação que não foi muito diferente no EnANPAD, pois também não existia nenhuma instituição do Norte e no caso do Centro-Oeste, somente uma era dessa região. Todavia, levando-se em consideração os dois eventos, percebe-se que as pesquisas ficaram muito mais concentradas no Sul e Sudeste, mais de 70% dos artigos.

Com relação às parcerias entre instituição, nos dois eventos, somente foram encontradas cinco parcerias. Portanto, por mais que as parcerias entre instituições possam ser importantes para a produção de conhecimento (BERTERO; VASCONCELOS & BINDER, 2003), no que se refere ao tema, elas não foram tão presentes (5 artigos com parcerias). No entanto, as parcerias se deram entre instituições geograficamente mais próximas, como a pesquisa de Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2017) destacam ser mais comum no Brasil.

5.4 ABORDAGENS, COLETA DE DADOS E FORMAS DE ANÁLISE UTILIZADAS NAS PESQUISAS

Nesta categoria buscou-se analisar aspectos metodológicos utilizados nas pesquisas, quais sejam, as abordagens, as coletas de dados e as formas de análise. Nesse sentido, verificou-se que a maioria das pesquisas utilizaram a abordagem qualitativa (69,23% considerando os dois eventos), e poucas utilizam a abordagem quantitativa ou mista (7,69% e 3,85%, respectivamente, considerando os dois eventos). A Tabela 09 apresenta esses achados.

Tabela 09: Abordagens Utilizadas nos Artigos Publicados no EnANPAD e no EnGPR

Abordagem	Total	% do Total de Artigos
Qualitativa	18	69,23
Ensaio Teórico	4	15,38
Quantitativa	2	7,69
Mista	1	3,85
Não Identificada	1	3,85
Total Geral	26	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores.



Tais achados coadunam com as pesquisas de Mello, Fonseca e Santos (2015), que realizaram uma pesquisa bibliométrica no âmbito da gestão de pessoas – mais não era sobre precarização do trabalho. Portanto, isso demonstra que esse tipo de abordagem ganhou espaço na área. Contudo, é importante destacar que as pesquisas que utilizaram a abordagem qualitativa basearam-se, na maioria dos casos, em entrevistas, mas utilizaram, em alguns casos, outras formas – além das entrevistas – como questionários e coletas secundárias. Nas que adotaram a abordagem quantitativa – inclusive a mista –, além dos questionários, foram utilizados *softwares* para auxiliar nas análises, como o *Survey-Monkey* e o *Sphinx*.

No que se refere às coletas de dados, a análise comprovou que a maioria das pesquisas fizeram entrevistas (43,75% considerando os dois eventos), mas outras formas também puderam ser encontradas, conforme Tabela 10.

Tabela 10: Coletas de Dados Utilizadas nos Artigos Publicados no EnANPAD e no EnGPR

Técnica de Coleta de Dados	Total	% do Total de Coletas
Entrevistas	14	43,75
Dados Secundários	7	21,88
Questionários	6	18,75
Análise Bibliográfica (Unicamente)	4	12,50
Construção de Desenhos	1	3,13
Total Geral	32	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota: Alguns artigos utilizaram mais de uma forma de coleta.

A pesquisa de Mello, Fonseca e Santos (2015) também identificou as entrevistas como maior forma de coleta, atrelando essa forma às abordagens qualitativas – como foi o caso desta pesquisa.

Quanto às formas de análise utilizadas nas pesquisas, constatou-se que muitas fizeram a análise de conteúdo (39,29 % considerando os dois eventos). Apesar do maior número dessa análise, foi verificado grande diversificação de formas de análise, conforme Tabela 11.

Tabela 11: Formas de Análise Utilizadas nos Artigos Publicados no EnANPAD e no EnGPR

Análise	Total	% do Total de Análises
Análise de Conteúdo	11	39,29
Análise Multidisciplinar/Bibliográfica ¹	4	14,29
Não Identificada	3	10,71
Análise Estatística	3	10,71
Análise Baseada no Enquadramento Teórico Escolhido	2	7,14
Análise Documental	1	3,57
Análise de Discursos Midiáticos	1	3,57
Análise de Imagem em Movimentos	1	3,57
Análise de Construção de Desenhos	1	3,57
Análise de Núcleos de Sentido	1	3,57
Total Geral	28	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota¹: Formas de Análise no caso dos Ensaio Teóricos.

Nota²: Alguns artigos fizeram mais de uma análise.

A grande utilização da análise de conteúdo no tema pesquisado, parece acompanhar a tendência dessa forma de análise na área de administração, que segundo Mozzato e Grzybowski (2011, p. 773) é “cada vez mais comum” em “artigos publicados em periódicos e debatidos em eventos, como em trabalhos acadêmicos”.



Contudo, é importante destacar que nem todas as pesquisas deixam claro qual foi a forma de análise utilizada – tal qual ocorreu nas abordagens –, por isso em certos casos, não foi possível fazer essa identificação. Mello, Fonseca e Santos (2015) também fizeram o destaque quanto a dificuldade de identificar as formas de análise. Dessa forma, esta categoria dispendeu maiores esforços dos autores.

5.5 REFERÊNCIAS SOBRE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Nesta categoria buscou-se analisar os autores que foram referenciados sobre precarização do trabalho. Dessa forma, foi verificado os autores que mais serviram como suporte teórico para as pesquisas. Assim, constatou-se que as obras de Ricardo Antunes, Graça Druck e Giovanni Alves foram as mais citadas (16, 12, 9 artigos citaram, respectivamente) nos eventos analisados em conjunto – este artigo também utilizou tais autores como suporte teórico. Mas outros autores, que foram citados em mais de dois artigos, também podem ser destacados, conforme Tabela 12.

Tabela 12: Referências sobre Precarização do Trabalho no EnANPAD e EnGPR

Autores	Total de Citação por artigo	% do Total de Artigos
ANTUNES, Ricardo	16	61,54
DRUCK, Graça ¹	12	46,15
ALVES, Giovanni	9	34,62
HARVEY, David	7	26,92
RAMALHO, José Ricardo ¹	5	19,23
CASTEL, Robert	5	19,23
HIRATA, Helena	5	19,23
THÉUBAUB-MONY, Annie ²	4	15,38
SENNETT, Richard	4	15,38
MATTOSO, Jorge	3	11,54
GALEAZZI, Irene ¹	3	11,54
PICCININI, Valmíria ¹	3	11,54
POCHMANN, Marcio	3	11,54
COSTA, Márcia Silva	3	11,54

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota¹: Foi contemplado também as citações feitas de obras publicadas em conjunto com outros autores.

Nota²: Foi citada apenas uma obra com coautoria.

É importante destacar ainda que alguns autores, dentre os que foram mais citados, tiveram mais de uma obra citada em cada artigo.

É inegável a importância de tais autores – utilizados como referências – no que tange o tema precarização do trabalho. Sendo assim, esta pesquisa reforça tal importância e comprova que esses autores são fundamentais para pesquisadores desse tema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do crescimento da precarização do trabalho nas últimas décadas e da ampliação recente de formas de trabalho flexíveis, consideradas precárias, esta pesquisa teve como objetivo analisar a produção acadêmica sobre precarização do trabalho. Para tanto, realizou-se levantamento e análise dos artigos publicados no EnANPAD e EnGPR, visto a inegável importância de tais eventos. A pesquisa também acompanha movimentos recentes de trazer a análise bibliométrica para o âmbito da gestão de pessoas, já que pode ser um importante instrumento para a área. Por meio dela, foram analisados vários pontos, como os assuntos publicados, o quantitativo de artigos, as características das autorias, os vínculos institucionais e as parcerias, os aspectos metodológicos e as referências mais citadas nas pesquisas.



Os artigos encontrados faziam referência à precariedade no sentido de vulnerabilidade do trabalhador, da precariedade objetiva e da precariedade subjetiva. Verificou-se que regiões do Centro-Oeste e do Norte não tem participação – ou pouco tem – nas publicações sobre o tema. As pesquisas ficaram muito mais concentradas nas instituições do eixo Sul e Sudeste. Visto que, certamente, tais regiões também vivenciam a precarização do trabalho, sob várias formas, é importante que as instituições dessas regiões se dediquem a essa temática. Constatou-se também que a coautoria é um instrumento muito utilizado nas publicações, mas que as parcerias entre instituições não são muito frequentes.

Quanto às características dos autores, constatou-se que as mulheres são as que mais publicam, e que não há um equilíbrio entre homens e mulheres. Verificou-se ainda que quase a metade das publicações se concentra em poucos autores e que os doutores dominam as publicações. Quanto à metodologia, constatou-se que a abordagem qualitativa, as entrevistas e a análise de conteúdo são as formas mais frequentes encontradas, o que coaduna com a ampliação dessas formas na área de administração. Todavia, os resultados também comprovaram que Ricardo Antunes, Graça Druck e Giovanni Alves são os autores mais citados. Portanto, tal achado comprova a importância de tais autores e dos demais destacados, para os pesquisadores da área, mesmo que não tenham o mesmo olhar sob o fenômeno.

Entretanto, uma das constatações da pesquisa – e bem relevante – é que os trabalhos encontrados nos eventos podem ser considerados insuficientes, diante da amplitude e da complexidade da precarização do trabalho no país.

Por todo exposto, conclui-se que há a necessidade de ampliação de pesquisas sobre precarização do trabalho, sobretudo em eventos de grande importância no campo da administração. Outro justificativa para ampliação das pesquisas são as mudanças recentes no âmbito do trabalho, que permitem ser analisadas sob o ponto de vista da precarização. No que se refere à análise bibliométrica para estudos sobre a precarização do trabalho, sugere-se que sejam analisados outros eventos importantes na área de administração, bem como os periódicos de maior importância na área.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>. Acesso em: 13 mai. 2018.

ALVES, G. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. In: ANTUNES, Ricardo (Org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 55-72.

_____. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Revista da Rede de Estudos do Trabalho, São Paulo, Ano V, n. 8, p. 1-31, 2011.

ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O. & NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu Acho que é Escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 41, 2017, São Paulo - SP. Anais... ANPAD, 2017.

ANPAD. EnANPAD: Apresentação. 2017. Disponível em: http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=89. Acesso em: 20 out. 2017.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. O caracol e sua concha. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era de precarização estrutural do trabalho? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, v. 12, n. 1, 2006.

BAUER, A. P. M. et al. A precariedade subjetiva e o trabalho docente no ensino superior em administração. *Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, 6, 2017, Curitiba. *Anais... Curitiba - PR, ANPAD, 2017.*

BERTERO, C. O.; VASCONCELOS, F. C. & BINDER, M. P. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p. 48-63, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017a. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Lei nº 13.467, de julho de 2017b. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

CAFÉ, L. & BRÄSCHER, M. Organização da informação e bibliometria. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, n. Esp, 2008.

CATTANI, A. D. Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 247-249.

COOPER, H. M. & LINDSAY, J. J. Research synthesis and meta-analysis. In: BICKMAN, L.; ROG, D. J. *Handbook of applied social research methods*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998, p. 315-342.

COSTA, M. N. D. O que Marx nos pode ensinar sobre a nova “classe perigosa” – crítica, neoliberalismo e o futuro da emancipação humana. *Novos Estudos - CEBRAP* nº 101, São Paulo, jan./mar. 2015.

COSTA, S. G. O pai que não é o patrão: Vivências de sujeitos terceirizados no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 29, 2005, Brasília. *Anais... Brasília, ANPAD, 2005.*

DELFINO, I. A. D. L.; SILVA, A. B. D. & ROHDE, L. R. A produção acadêmica sobre liderança no Brasil: uma análise bibliométrica dos artigos publicados em eventos e periódicos entre 1995 e 2009. *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 34, 2010, Rio de Janeiro. *Anais... Rio de Janeiro - RJ, ANPAD, 2010.*

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: uma proposta de construção de indicadores. Salvador: CRH/ UFBA/CNPq. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq, 2007/2010 (mimeo).

_____. Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia - Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, v. 24, n. 1, 2011.

ECCEL, C. S.; FLACH, L. & OLTRAMARI, A. P. Relações de gênero e flexibilidade no trabalho de profissionais de tecnologia da informação de Porto Alegre: um estudo multi-caso. *Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, 1, 2007, Natal. *Anais... Natal - RN, ANPAD, 2007.*

ELSEVIER. Relatório: Gender in the Global Research Landscape: Analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject áreas. 2017. Disponível em: <https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf>. Acesso em 05 mai. 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 2008.

GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. Coleção Mundo do Trabalho. Coordenação, Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUEDES, V. L. S. & BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: *Encontro Nacional de Ciências da Informação*, 6., Salvador/BA, junho de 2005.



HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França e Japão. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

ILO. World employment social outlook. 2015. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_368626.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Ricardo Antunes (org.). Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, 464 p.

MELO, H. P. & OLIVEIRA, A. B. A produção científica brasileira no feminino. Cadernos Pagu, n. 27, p. 301-331, 2006.

MELLO, S. P. T. D.; FONSECA, D. W. T. D & SANTOS, A. C. D. Análise Bibliométrica da produção científica sobre Competências e Gestão por Competências nos Encontros de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR-ANPAD. Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 5, 2015, Salvador. Anais... Salvador - BA, ANPAD, 2015.

MONTENEGRO, M. R. & ALVES, V. A. F. Critérios de autoria e co-autoria em trabalhos científicos. Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, v. 29, n. 4, p. 191-193, 1987.

MORAES, A. F. G. D. & COSTA, M. D. S. Novo desenvolvimentismo e velhas condições de trabalho? Uma análise das condições de trabalho dos terceirizados no Complexo de Suape. Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 39, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte - MG, ANPAD, 2015.

MOZZATO, A. R. & GRZYBOVSKI, D. Tréplica-Análise de Conteúdo: Ampliando e Aprofundando a Reflexão sobre a Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 766-775, 2011.

NEVES, M. D. A. & PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio da indústria de confecções. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

OIT. OIT estima que desemprego global terá aumento de 3,4 milhões em 2017. jan. 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_541363/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 25 fev. 2017.

PADILHA, V. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. Trabalho Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.7 n.3, p.549-563, nov.2009 /fev.2010.

PICCININI, V. C.; OLIVEIRA, S. R. & RÜBENICH, N. V. Formal, flexível ou informal? Reflexões sobre o trabalho no Brasil. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29, 2005, Brasília. Anais... Brasília, ANPAD, 2005.

PINTO, R. F. & ARAÚJO, A. J. D. S. A terceirização real na grande indústria pessoense na perspectiva dos seus gestores. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador, ANPAD, 2006.

RAMALHO, J. R. Trabalho, reestruturação produtiva e movimento sindical. In: Caderno Técnico 22 - SESI, 1995.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A. & MENA-CHALCO, J. P. Scholarly publication and collaboration in Brazil: the role of geography. Journal of the Association for Information Science and Technology, v. 68, n. 1, p. 243-258, 2017.

SONNENWALD, D. H. Scientific collaboration. Annual review of information science and technology, v. 41, n. 1, p. 643-681, 2007.

STANDING, G. O precariado: a nova classe perigosa; tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TENÓRIO, F. G. Flexibilização organizacional: mito ou realidade? 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

THÉBAUD-MONY, A. & DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 23-58.

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. Caderno CRH, v. 29, n. 77, 2016.



SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
XVSEGET

Indústria 4.0
e o uso de tecnologias digitais

30, 31/10
e 01/11



VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VILAS BOAS, L. F. & ICHIKAWA, W. Y. Migrantes nordestinos cortadores de cana-de-açúcar no Paraná: Práticas cotidianas e processos de territorialização em meio ao trabalho precário. Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 41, 2017, São Paulo - SP. Anais... ANPAD, 2017.